

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, AGROHIDRONEGÓCIO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO SEMI-ÁRIDO BAIANO

José Aparecido Lima Dourado¹

Antonio Thomaz Junior²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a expansão do agrohidronegócio e as disputas territoriais no Semi-árido baiano a partir da década de 1990. E é nesse contexto que nos propomos apreender como os projetos desenvolvimentistas implantados pelo Estado no Semi-árido baiano fomentam a mobilidade e plasticidade do trabalho no campo, através do desmonte de comunidades tradicionais (camponesas, fundo de pasto, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas) para viabilizar o processo expansionista do capital. Analisar a realidade atual torna-se uma questão candente para que se possa compreender como vem ocorrendo a apropriação da terra e da água, seus múltiplos usos e a implantação de políticas públicas nessa região, ambas direcionadas para a produção energética, grãos, celulose, fruticultura e extração mineral, assim como as lutas travadas pelos sujeitos caatingueiros pela defesa de seus territórios.

Palavras-chave: agrohidronegócio; conflitos pela terra e pela água; semi-árido baiano.

Introdução

No Brasil, nas duas últimas décadas, o capital agroindustrial tem avançado por todas as regiões e, nesse contexto, o controle dos recursos hídricos constitui-se em uma estratégia do grande capital para manter a sua reprodução ampliada. A expansão do *agrohidronegócio* (MENDONÇA e MESQUITA, 2007; THOMAZ JÚNIOR, 2009, 2010a, 2010b, 2012; DOURADO, 2011, 2012) tem trazido em seu cerne a junção de interesses dos conglomerados voltados à produção de *commodities* (agro-químico-alimentar-financeiros), e é nesse ambiente que comparecem as estratégias utilizadas pelo capital para eliminar ou controlar as lutas de resistência travadas pelos sujeitos sociais (camponeses, ribeirinhos, povos indígenas e quilombolas), historicamente tidos como entraves ao “desenvolvimento” e ao “progresso” do país.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Presidente Prudente. Bolsista FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Membro do Núcleo de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Email: josephdourado@yahoo.com.br

² Prof. Dr. da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Email: thomazjr@gmail.com

Na Região Nordeste, a partir da década de 1970, verifica-se a ocorrência de maciços investimentos públicos e privados em grandes obras (transposição de bacias, perímetros irrigados, exploração mineral, ferrovia, construção de barragens, entre outras), ocasionando profundas transformações no território. Caracterizados pela atuação setorial, tais investimentos não conseguiram promover mudanças substanciais na realidade da grande maioria da população que vive no campo, visto que uma parcela considerável dos camponeses e *trabalhadores da terra* ainda continua enfrentando dificuldades provenientes por fatores que já haviam sido identificados como limitantes do desenvolvimento da região Nordeste desde o início do século XX.

Nos dias atuais percebe-se haver algo novo relacionado à “imagem do Nordeste”, com um direcionamento para a construção político-ideológica de um Nordeste que cresce economicamente, ou seja, o lugar onde estão reunidos vários atrativos para a territorialização do grande capital via investimentos em setores específicos como a agricultura irrigada e a mineração, por exemplo. Tratar do horizonte de prosperidade tão difundido pelo Estado requer análises mais aprofundadas, no sentido de buscar compreender quais são os interesses implícitos que têm orientado a implantação ou não de Políticas Públicas nessa fração do território nacional. Quando há, de fato, a implantação de Políticas Públicas, estas ainda seguem os moldes do período ditatorial, por se tratarem de empreendimentos grandiosos nos quais os impactos negativos são socializados e os benefícios concentrados a uma minoria que domina e/ou polariza os debates e decisões políticas na região. Os megaprojetos implantados no Nordeste (assim como na Amazônia, por exemplo) caracterizam-se por conceber os sujeitos sociais por eles impactados (direta ou indiretamente) como agentes passivos, postura essa responsável por uma série de desdobramentos, que, por sua vez, não conseguem transformar efetivamente sua condição histórica de sujeitos possuidores de uma racionalidade que se opõe à lógica desenvolvimentista do capital e do estado. Esse descompasso que há entre as ações desenvolvidas por parte do Estado e os interesses das populações que vivem no Semi-árido caracteriza bem qual é o projeto pensado para essa região, porque interfere diretamente na (re)organização do território, criando as condições necessárias para que o capital se reproduza.

Neste artigo busca-se analisar a expansão do agrohidronegócio no Semi-árido baiano a partir da década de 1990, tendo como foco de análise a participação do Estado enquanto fomentador das disputas territoriais através da implantação de Políticas Públicas de caráter desenvolvimentista. E é nesse contexto que nos propomos apreender como os projetos desenvolvimentistas implantados pelo Estado no Semi-árido baiano fomentam a mobilidade e

plasticidade do trabalho no campo, através do desmonte de comunidades tradicionais (camponesas, fundo de pasto, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas) para viabilizar o processo expansionista do capital. Esse desmonte não se refere apenas ao aspecto econômico ou territorial; além disso, cria novos valores e modifica o modo de vida dos sujeitos, passando estes a viver sob uma lógica que não a sua. Sua relação com a natureza e com o outro são fortemente transformadas de modo a torná-los cada vez mais atrelados à lógica do mercado, facilitando assim a reprodução ampliada do capital.

Analisar a realidade atual torna-se uma questão candente para que se possa compreender como vem ocorrendo a apropriação da terra e da água, seus múltiplos usos e a implantação de políticas públicas nessa região, ambas direcionadas para a produção energética, grãos, celulose, fruticultura e extração mineral, assim como as lutas travadas pelos sujeitos caatingueiros (camponeses, ribeirinhos, trabalhadores da terra, indígenas, quilombolas) pela defesa de seus territórios. Como a água é um recurso vital para a consecução dos “projetos desenvolvimentistas (uso urbano, turismo, projetos de irrigação, geração de energia, mineração)”, há todo um *lobby* acerca de seu controle e gestão, demonstrando os interesses e estratégias utilizados pelos agentes do capital e pelo Estado para apropriar das fontes de água (superficiais e subterrâneas), de modo que estas estejam disponíveis para serem utilizadas, principalmente por grandes consumidores e em setores voltados a atender as demandas do mercado externo, a partir da produção de *commodities* agrícolas. Para Thomaz Júnior (2010, p. 98-99)

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias do capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios para a sociedade, para os moradores da cidade e dos campos, ou seja, a dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI e os cenários que põem para os trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2010a, p. 98-99).

A territorialização do capital no Semi-árido baiano, principalmente no campo, coloca elementos para se pensar quais as funções que este território assume no contexto nacional e internacional na contemporaneidade. Torna-se imperativo o aprofundamento analítico sobre a realidade atual, no sentido de compreender como tais ações desembocam em disputas em função dos projetos distintos pensados para um mesmo território, evidenciando assim o confronto entre capital, camponeses, *trabalhadores da terra*, entre outros. A água, nesse

cenário desenvolvimentista, torna-se um aglutinador de disputas e interesses, tendo o Estado como um agente regulador através da criação de leis e agências reguladoras de seu uso. Ante ao exposto, problematizar essa realidade é um passo importante para que as contradições materializadas no território sejam evidenciadas, demonstrando as múltiplas dimensões e faces (política, econômica e cultural) destas disputas, levando-nos a pensar sobre as diversas lógicas implícitas em seu uso. Para Iolis (2006, p. 2)

O controle dos recursos hídricos foi e continua sendo um dos pilares da industrialização e da urbanização no Brasil na medida em que responde a monumentais demandas por água e energia elétrica. Sob o imperativo do desenvolvimento, financiamentos externos tiveram um papel para tornar o setor de recursos hídricos em componente essencial da infra-estrutura e, assim, detentor de alto valor de mercado (IOLIS, 2006, p. 2).

Ainda segundo esse mesmo autor,

Os efeitos colaterais da comodificação dos recursos hídricos, tanto no passado, quanto no presente, têm sido uma grossa negligência com impactos ambientais (destruição de habitats, modificação do regime sazonal de vazões e interrupção de processos ecológicos), produção de conflitos, desagregação social e desigual atendimento da população (IOLIS, 2006, p. 3).

Num território em que a escassez hídrica foi historicamente usada como “factóide” para justificar a condição de miséria de uma grande maioria da população, vê-se que para os setores considerados como modernos, ou seja, as monoculturas de frutas, silvicultura, soja e atividade mineira em franca expansão no estado da Bahia, essa escassez não se constitui um problema, pois de fato, não os atingem, mesmo estes sendo extremamente dependentes de grandes volumes de água. Ressalta-se ainda que estas atividades e/ou setores são os que mais crescem no cenário baiano. Aí cabe pensar como a apropriação e o uso da água no Semi-árido não devem ser analisados a partir do viés da escassez. A própria condição de semi-aridez dessa região afeta diferentemente a agricultura camponesa e o agrohidronegócio, sendo que para alguns setores como o caso da fruticultura irrigada, as condições edafo-climáticas são um elemento que diferencia qualitativamente a produção.

SEMI-ÁRIDO E A EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO: a desconstrução de um mito

Paisagens acinzentadas, árvores ressequidas, terra esturricada e flagelo fazem parte do imaginário social quando se trata do Semi-árido; um *a priori* construído historicamente pela elite dominante regional, a quem tal visão muito beneficiava e ainda hoje beneficia. O

discurso da seca tem sido reinventado, muitas vezes para cancelar ações por parte do Estado, com o propósito de criar redes (de infraestrutura e de comunicação), tornando possível o desenvolvimento de uma agricultura irrigada moderna. Resguardadas as devidas diferenciações, verificadas no decorrer dos anos, o Semi-árido ainda não conseguiu desvencilhar-se da imagem da seca, haja vista que esta ainda continua sendo usada para justificar determinadas ações no plano governamental, como no caso da Transposição do São Francisco, cujo slogan foi “água para quem tem sede”. Por outro lado, o agrohidronegócio tem encontrado condições extremamente favoráveis à sua expansão em função deste trazer em seu cerne a ilusória ideia de modernização e desenvolvimento, e associado a isso, emprego, renda, e melhoria nas condições de vida de modo geral. O que para os camponeses constitui um obstáculo, ou seja, as condições edafo-climáticas (níveis de insolação, temperatura, período de chuva reduzido, por exemplo) para o agronegócio fruticultor isso se transforma num fator que favorece a produção de frutas para o mercado externo. Coelho Neto (2006, p. 114) chama atenção para o fato de que “[...] a natureza, outrora difundida como entrave ao desenvolvimento, agora é um ingrediente chave na superação do atraso”. Isso nos leva a pensar que a seca é um fenômeno limitante para o camponês, frequentemente desassistido pelas Políticas Públicas, já que a sua produção é destinada a atender aos mercados em escala local e regional. Já o modelo agroexportador-monocultor, altamente consumidor de água e causador de grandes impactos para o meio ambiente recebe todo o apoio por parte da política agrícola implementada pelo governo em escala nacional, buscando viabilizar a acumulação de capital. Pode-se dizer que o fomento à agricultura irrigada no Semi-árido brasileiro é um meio utilizado para modernizar o campo e desta maneira abrir caminho para a entrada do grande capital, através da produção de frutas nos projetos de irrigação.

O acesso à água e a geração de emprego sempre comparecem como dois estruturantes dos projetos desenvolvimentistas implantados no Nordeste semi-árido, aspectos que são estrategicamente utilizados para conferir legitimidade aos empreendimentos, visto que numa região que sofre de escassez hídrica e com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), colocar-se contrário a projetos que prometem abarcar e atender a estas duas demandas tratar-se-ia de uma insanidade, o que significaria estar em desacordo com o “desenvolvimento” da região e conseqüentemente com melhoria na qualidade de vida das populações.

Nesse sentido, a mercantilização da água aparece como um elemento a ser ponderado no contexto dos empreendimentos realizados pelo Estado e pelo capital porque a sua apropriação tem gerado diversos conflitos. Partindo dessa compreensão da realidade, pode-se

afirmar que para o capital não apenas o controle da terra é essencial, mas também o acesso, controle e gestão dos recursos hídricos passam a ser uma prioridade. O jogo de poder expressa-se através de diversas formas, inclusive através da privatização de serviços públicos de água e da geração de energia elétrica. Para Thomaz Junior (2010, p. 99)

Mais recentemente, os interesses do capital revelam que o processo de mercantilização da água também segue ritmo frenético de investimentos, ou se ampliam para a produção de energia elétrica, e na apropriação de fontes para futuro envase e comercialização para o consumo humano, processo que está sendo monopolizado por quatro grandes grupos empresariais: Pepsi, Nestlé, Coca-cola e Danone. Todavia, consolidam-se igualmente, no setor de tratamento e fornecimento de água potável e saneamento básico, empresas que são atraídas pelos negócios milionários. (THOMAZ JUNIOR, 2012, 99).

Na Bahia, os projetos de irrigação Salitre (Juazeiro) e Baixio do Irecê (Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia) são dois exemplos de grandes empreendimentos feitos pelo Estado, sendo que o primeiro é voltado para a produção de frutas para o mercado internacional e o segundo (ainda em fase de implantação) deverá centrar sua produção para a geração de agroenergia, com ênfase na produção de cana-de-açúcar. Esses dois projetos integram o conjunto de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) realizadas no Semi-árido baiano. Esses projetos de irrigação acabam acentuando ainda mais a concentração de terra e de renda pelo fato de atrair para a região grandes empresas, cuja lógica é essencialmente economicista, predatória e descompromissada com o modo de vida das populações locais. Para Dourado (2011, p. 119), essa política de desenvolvimento territorial centrada na implantação de projetos de irrigação trata-se de

[...] medidas parciais e paliativas porque a sua capacidade de geração de emprego e renda geralmente fica restrita aos lotes, haja vista não existir uma política de integração das atividades agrícolas desenvolvidas nos projetos de irrigação com as práticas agrícolas locais, nem mudança na estrutura fundiária, porque ainda que os lotes para irrigação não sejam grandes, a produção neles requer altos investimentos, a que os *camponeses caatingueiros e trabalhadores da terra*, não dispõem, tampouco, têm acesso junto às instituições credoras. Por isso, a modernização da agricultura presenciada no Semiárido nordestino, assim como em todo o Brasil, é conservadora e dolorosa (DOURADO, 2011, p. 119. Grifos do autor).

Outro setor que vem expandindo significativamente no Semi-árido baiano é a mineração em suas várias classes de exploração (metálicos, não-metálicos, gemas e diamantes e energéticos), setor que vem sendo impulsionado pelo crescimento econômico de países como a China, por exemplo, grande importadora do minério de ferro extraído no Brasil. A implantação da Bahia Mineração (BAMIN) no município de Caetité (região Sudoeste da Bahia) para a extração de minério de ferro, embora seja um investimento privado, será

beneficiado com as obras do PAC, pois o governo atuará na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste³ (FIOL), cuja função será escoar a produção de grãos do Centro-Oeste e o minério de ferro explorado pela BAMIN. Trata-se da maior obra do PAC no estado da Bahia, cuja construção será feita pelo consórcio VALEC formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Barbosa Melo e Serveng. A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) ligará os municípios de Figueirópolis (Tocantins) e Ilhéus (Bahia) num traçado de 1.5 mil quilômetros, passando por 32 municípios. Muitos são os pontos nebulosos deste megaprojeto de exploração mineral, envolvendo questões ambientais, como a localização do terminal de embarque privativo *offshore* em Aritaguá, próximo a Ilhéus. Há, ainda em fase de sondagens, a previsão de exploração de minério de ferro em Brumado e Livramento de Nossa Senhora pela multinacional Cabral Mineração⁴ (empresa de origem australiana) que utilizará a infraestrutura oferecida com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste e o Complexo Intermodal Porto Sul.

O discurso midiático que envolve estes megaprojetos deve ser analisado cuidadosamente, evitando tomar como ponto de partida a sua capacidade de exploração mineral bem como a sua dimensão espacial, pois esses elementos criam uma falsa ideia de que a geração de emprego e de renda também será proporcional ao gigantismo das alterações no espaço e dos impactos ambientais. Há outros elementos que demandam uma profunda análise, pois estão para além das transformações na paisagem. Ao analisar um empreendimento desta natureza, caracterizado por profundas mudanças no espaço, deve-se levar em consideração os seus desdobramentos no que se refere ao modo de vida das populações por ele atingidas, visto que o seu caráter momentâneo, principalmente no que diz respeito às obras de implantação, traz para as realidades locais demandas totalmente alheias ao seu cotidiano. Em se tratando das comunidades rurais atingidas pelas obras da FIOL, muitas passaram a ter uma dinâmica local totalmente diferenciada de sua realidade, com intenso fluxo de pessoas e máquinas, assumindo um caráter totalmente urbano. Esse fato acaba fomentando o mercado de terras, a especulação imobiliária no campo, visto que há a demanda por locais para abrigar os operários da obra, locais para a compra de suprimentos básicos e locais de lazer (bares e prostíbulos, por exemplo)

³ O lote 4 da obra (município de Brumado) está suspenso temporariamente por problemas relacionados à Licença Ambiental. Mais informações consultar o site <http://www.brumadonoticias.com.br/v1/2012/06/05/fiol-paralisacao-geral-das-obras-em-brumado/>

⁴ A previsão é que com a unidade de exploração deverá geração de 850 empregos diretos após a sua implantação.

Ainda em se tratando desses megaprojetos, cabe destacar que um dos desdobramentos de sua execução é a intensificação a migração de pessoas para os centros urbanos, depois de passado o *boom* das obras de implantação das instalações industriais, constituindo assim um fator que induz à precarização do trabalho, pois estes sujeitos passam a vender sua força de trabalho, ora no campo ora na cidade (atividades informais principalmente). O ambiente contraditório da reestruturação produtiva coloca-se como horizonte de análise a *plasticidade do trabalho* (THOMAZ JÚNIOR, 2004; 2006) expressa pelas múltiplas ocupações/funções exercidas pelos camponeses e *trabalhadores da terra*⁵, indicando “[...] haver uma rica trama de relações, de fragmentações, de valores, de significados e de subjetividades” (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 136). A migração do campo para a cidade, em muitos casos, acompanhada de um processo de favelização, proletarização ou desemprego, evidencia os sentidos e as travagens que envolvem o mundo do trabalho bem como alterações no perfil dos camponeses a partir do momento em que há uma (des)realização do trabalho e da classe trabalhadora.

O camponês “clássico” cede lugar ao camponês que trabalha em sua terra em determinados períodos do ano enquanto que em outros meses migra sazonalmente para a cidade onde irá trabalhar como moto-taxista, servente na construção civil, camelô, ou ainda vende sua força de trabalho nos canteiros de obras dos megaprojetos, como é o caso da construção da FIOL, das mineradoras, dos parques eólicos e dos canais de irrigação, estes últimos exemplificados com a Transposição do São Francisco e com o projeto de irrigação Baixio do Irecê. Há, pois, nesse universo um embaralhamento das identidades de classe, rompendo assim com a clássica dicotomia campo x cidade, aspecto que coloca grandes desafios para se entender a realidade do mundo do trabalho que se apresenta fragmentado, heterogeneizado e precarizado.

Essa redescoberta do Semi-árido pelo grande capital e pelo Estado deve ser analisada cuidadosamente para que não continuem vendendo irresponsavelmente falsas esperanças em relação aos megaprojetos executados nessa região. O desenvolvimento tão propalado pelo discurso do capital e do Estado a partir de uma política de governo atrelada ao grande capital (leia-se empreiteiras e conglomerados agroalimentares) pouco atingirá as populações desterritorializadas e/ou desterreadas para dar lugar a trilhos, canais de irrigação, minas de extração ou ainda parques eólicos. Ante ao exposto, coloca-se como urgente refletir sobre a efemeridade dos “benefícios” que empreendimentos desta natureza trazem para o Semi-árido

⁵ Cf. Mendonça (2004).

brasileiro, tendo em vista o horizonte de desemprego, precarização do trabalho, degradação do ambiente e da vida e da negação dos modos de vida dos sujeitos sociais que produzem o Semi-árido.

Considerações Finais

Ao procurar entender o novo contexto econômico, político e social do Semi-árido brasileiro, parece-nos imperativo refletir os motivos que têm levado à realização de tais investimentos, haja vista tratar-se de setores com uma grande demanda de água para a sua produção. Esse território vem sendo dotado de infraestrutura por parte do Estado (ferrovias, canais de irrigação, postos, etc.) no intuito de criar as condições necessárias para que o grande capital possa territorializar-se e reproduzir de forma ampliada. Não olvidemos de que setores importantes como saúde, educação, saneamento básico e emprego são gargalos históricos nessa região, e ao que tudo indica, continuarão pelas próximas décadas, haja vista que as estratégias discursivas utilizadas para justificar os megaprojetos no Semi-árido estão centradas na realização de megaprojetos, desconsiderando soluções alternativas viáveis e de baixo custo financeiro, com exemplos gestados a partir da sociedade civil organizada. Nesse contexto, destacamos a Articulação do Semi-árido (ASA) que vem gestando e executando ações (Programa 1 Terra e 2 Água – P1+2; Programa 1 milhão de Cisternas – P1MC) em todo o Semi-árido com o intuito de promover mudanças sociais a partir de medidas que potencializem a capacidade dos sertanejos se reproduzirem através do acesso à terra e à água e, conseqüentemente, gerando emprego e renda para as famílias, acabando ou mitigando os efeitos da seca.

Os empreendimentos realizados pelo Estado ao longo das últimas quatro décadas com o intuito de “desenvolver” o Semi-árido brasileiro são ricos e emblemáticos ao demonstrarem que ao invés de uma democratização do acesso à terra e à água, há em contrapartida, uma maior concentração pelo simples fato de que tais investimentos não serem realizados para atender às demandas locais, estando atrelados à manutenção do *status quo* de uma elite regional/nacional bem como interesses externos. Esses investimentos em grandes obras servem para subsidiar determinados setores da economia globalizada, do capital financeiro (conglomerados agroalimentares) em detrimento de outros segmentos, como a agricultura familiar camponesa que fica à margem das políticas públicas. O projeto pensado para o Semi-árido brasileiro, e conseqüentemente para o país, está atrelado com as demandas

de uma política externa que atribui ao Brasil (e demais países da América Latina) a responsabilidade por fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos possam continuar produzindo produtos com alto valor agregado. É partindo desse ponto de análise que trabalhamos para construir uma referência acerca do que denominamos de *agrohidronegócio*, ou seja, a trama de relações e processos que são construídos pelos atores hegemônicos do capital e pelo Estado, tendo como monte o acesso e controle das fontes de água (superficiais e subterrâneas), de modo a atender às demandas do mercado internacional, revelando desta forma a existência de um *mercado virtual da água*.

Considerando que a água é condição fundamental para a consecução dos projetos desenvolvimentistas, o mito da seca escassez hídrica enquanto limitante para a superação das mazelas sociais que tanto assolam o Semi-árido brasileiro deve ser desconstruído, no sentido de politizar o debate acerca das soluções e programas propostos pelo Estado. Espera-se, desta forma, tornar mais democráticas as decisões sobre como e onde aplicar os vultosos recursos financeiros públicos que são direcionados para obras que, usando estratégias discursivas fundadas na geração de emprego e renda, tem como finalidade subsidiar a territorialização do grande capital.

REFERÊNCIAS

COELHO NETO, A. S. A irrigação no Médio São Francisco e a produção da seletividade sócio-espacial. In: **SEI**. Desenvolvimento Regional: análises do Nordeste e da Bahia. Salvador: SEI, 2006, p. 113-125.

DOURADO, J. A. L. **Modernização da agricultura**: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). (Dissertação de Mestrado). Catalão (GO), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2010.

_____. Expansão do agrohidronegócio no Semi-árido nordestino e os conflitos por terra e água: revisitando a questão campo-cidade. In: SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves do; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Questão agrária e saúde do trabalhador**: desafios para o século XXI. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p.115-126.

_____. Projetos desenvolvimentistas e disputas territoriais na América Latina. In: **Anais... COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. Universidade Nacional de Colômbia, Bogotá, 7 a 11 de maio de 2012.

IOLIS, Antônio Augusto Rossotto. Água, exclusão, mercado e cobrança: um debate necessário. In: **Anais... I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste**, 2006.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. **Anais...II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS** – Salvador, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, J. de S. **Aridez mental, problema maior**: contextualizar a educação ara construir o ‘dia depois do desenvolvimento’ no Semi-Árido brasileiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Campina Grande, PB, junho de 2011.

SILVA, R. M. A da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Geosul**, v. 19, n. 37, p. 7-26, jan./jun. 2004.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Geografia e trabalho no século XXI**, v. 2, 2006.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997 p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, agosto de 2010a.

_____. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. **Anais... XI Jornada do Trabalho** – “Trabalho e as escalas da práxis emancipatórias: autonomia de classe frente à territorialização do capital”- UFPB – João Pessoa, 2010b.

Sites consultados

http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=1150

<http://www.brumado> <http://www.brumadonoticias.com.br/v1/2012/06/05/fiol-paralisacao-geral-das-obras-em-brumado/noticias.com.br/v1/2012/06/05/fiol-paralisacao-geral-das-obras-em-brumado/>